



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RCD no HABEAS CORPUS Nº 635642 - RS (2020/0344477-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
REQUERENTE : PAULO CONRADO HUHN (PRESO)
ADVOGADOS : MARCELO MARCANTE FLORES - RS072813
STÉFANI AMORIM DA SILVA - RS119436
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL

DESPACHO

Trata-se de pedido de reconsideração formulado por PAULO CONRADO HUHN.

O requerente afirma que há fato novo, consubstanciado no termo de qualificação e interrogatório prestado pelo corréu perante a Polícia Federal, o que o isentaria dos crimes imputados na investigação.

É, no essencial, o relatório.

Mantenho o entendimento de que inexistente ilegalidade flagrante a ser sanada com a concessão de liminar. A tese de negativa de autoria não comporta análise em *habeas corpus*. Ademais, as alegações nem sequer foram analisadas pela Justiça *a quo*.

Visto que a liminar já foi apreciada no plantão judiciário, não é possível, neste momento, analisar o pedido de reconsideração, que poderá ser apresentado ao ministro relator após o término do recesso forense, caso queira o peticionário.

Nada há, por ora, a prover.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente